

Wassef apresenta reclamação ao CNMP contra procuradora

Frederick Wassef, advogado da família Bolsonaro, apresentou ao Conselho Nacional do Ministério Público reclamação disciplinar contra a procuradora da República Márcia Brandão Zollinger por abuso de autoridade e prevaricação.

Reprodução



Para Wassef, procuradora tentou acobertar as irregularidades promovidas pela Coaf
Reprodução

De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*, em junho, Zollinger recomendou o arquivamento do inquérito aberto para apurar irregularidades na elaboração de um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre transações financeiras de Wassef.

Segundo o jornal, Wassef contesta a veracidade do relatório produzido pelo Coaf — para ele, “um covil de organização criminosa” do qual se diz vítima. A Justiça Federal determinou que as investigações sobre o relatório continuassem apesar da manifestação da procuradora.

De toda forma, no dia 8 de outubro, Wassef requereu instauração de processo administrativo disciplinar contra Zollinger. Nesse pedido, Wassef destacou que a procuradora “fez parecer que o Coaf nada fez de errado e agiu dentro da legalidade, o que é vergonhosa mentira e um sofisticado ardil para enganar a todos, com o único e claro objetivo de blindar e proteger a organização criminosa que está infiltrada dentro do Coaf”.



"Na contramão do Ministério Público Federal, sem qualquer justificativa ou motivo plausível — além de contrariar frontalmente a ordem do TRF da 1ª Região —, a reclamada pronunciou-se pelo arquivamento extemporâneo e prematuro da investigação, logo em seu nascedouro, no início do inquérito policial sem que houvessem sido iniciados os trabalhos da Polícia Federal em verdadeira interdição da produção de provas, impedindo a ação e os trabalhos da Polícia Federal, obstruindo a Justiça, descumprindo determinação judicial, agindo como se fosse advogada de defesa dos criminosos que estão infiltrados no Coaf", apontou Wassef.

Conforme noticiado pela *Folha*, o advogado afirma que a procuradora mentiu deliberadamente ao afirmar que existe movimentação financeira atípica em sua conta e que essas informações falsas e fraudulentas foram passadas e criadas exatamente pelos mesmos criminosos do Coaf.

Wassef queixa-se ainda da divulgação de peça de inquérito policial, incluindo seus dados pessoais, no site do Ministério Público Federal. Segundo ele, a notícia disponibilizava link de acesso à manifestação subscrita pela procuradora, na qual havia a transcrição de 34 comunicações relativas a movimentações financeiras que constavam do relatório.

O inquérito contra Wassef foi aberto pela Polícia Federal no ano passado a partir do relatório produzido pelo Coaf. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região [decidiu anular](#) esse relatório que apontava suspeitas nas transações financeiras do advogado, encerrando a investigação. Em seguida, determinou abertura de inquérito para investigar irregularidades na elaboração do relatório pelo Coaf.

Em junho desse ano, a procuradora recomendou o arquivamento das investigações. Para o MPF, o Coaf apenas produziu e enviou o documento para órgãos de fiscalização seguindo critérios técnicos e de forma impessoal após receber 34 comunicações de transações atípicas do advogado.

Em agosto, a Justiça Federal em Brasília determinou que a Polícia Federal continuasse com as investigações. O juiz Francisco Codevila, da 15ª Vara Criminal, negou o pedido de arquivamento, por considerá-lo prematuro.

Date Created

30/10/2021